

ATA DA QUADRAGÉSIMA OITAVA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM 30-5-2019.

Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezenove, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Nelcir Tessaro, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Ramalho Santos e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, André Carús, Cláudio Conceição, Dr. Goulart, Engº Comassetto, Felipe Camozzato, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Karen Santos, Mauro Zacher, Mônica Leal, Ricardo Gomes e Roberto Robaina. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Resolução nº 014/19 (Processo nº 0190/19), de autoria de André Carús; o Projeto de Lei do Legislativo nº 095/19 e o Projeto de Resolução nº 011/19 (Processos nºs 0189 e 0170/19, respectivamente), de autoria de Nelcir Tessaro. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Mauro Pinheiro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram, em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 003/19, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 024, 064, 068, 088, 091 e 101/19, o Projeto de Lei do Executivo nº 005/19 e o Projeto de Resolução nº 013/19. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Adeli Sell, Ricardo Gomes, Lourdes Sprenger e Valter Nagelstein. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Nelcir Tessaro, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES. Foi iniciado período destinado a debater o tema específico “Programa Melhor Infância dentro do sistema penitenciário gaúcho”. Em continuidade, a Presidente concedeu a palavra a Simone Messias Zanella, Diretora do Departamento de Tratamento Penal da Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Airto Ferronato, Adeli Sell, Nelcir Tessaro, Valter Nagelstein e Marcelo Sgarbossa. Após, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Simone Messias Zanella. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e sete minutos às quinze horas e cinquenta minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Dr. Goulart, duas vezes. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Dr. Goulart. Foi iniciado período destinado a debater o tema específico “Semana de Atenção à Esquizofrenia”. Em prosseguimento, a Presidente concedeu a palavra a Marília Coelho Cruz, que, em nome da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos, se pronunciou acerca do tema em debate. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Valter Nagelstein e André Carús. A seguir, a Presidente concedeu a palavra, para considerações finais, a Marília Coelho Cruz. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e seis minutos às

dezesseis horas e quarenta e um minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Moisés Barboza. Às dezesseis horas e quarenta e cinco minutos, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Adeli Sell, Mendes Ribeiro, Mônica Leal e Lourdes Sprenger e secretariados por Alvoni Medina. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pela Presidente.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornamos à ordem normal.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Pinheiro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0211/19 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 003/19, que autoriza o Município de Porto Alegre a adquirir imóveis de propriedade da União e do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), autarquia federal, através de doações com encargos destinados à Secretaria Municipal de Saúde (SMS).

PROC. Nº 0039/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 024/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Carlos Rivaci Sperotto o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil e Oitenta e Dois, localizado no Bairro Jardim Carvalho.

PROC. Nº 0130/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 064/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Joel Iuchno o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete Mil e Doze – Loteamento Parque Salso –, localizado no Bairro Restinga.

PROC. Nº 0136/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 068/19, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que inclui a efeméride Data Comemorativa ao Dia de Santa Sara

no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 24 de maio.

PROC. Nº 0175/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 088/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Frederico Eduardo Sobbé o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Três Mil, Oitocentos e Quatro, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 0179/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 091/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Novo Horizonte o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Seis –Chácara da Fumaça I –, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 0204/19 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 101/19, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Canarinho o logradouro público cadastrado conhecido como Rua Sete – Chácara da Fumaça I –, localizado no Bairro Mário Quintana.

PROC. Nº 0221/19 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/19, que autoriza o Executivo Municipal a contratar operação de crédito junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

PROC. Nº 0187/19 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 013/19, de autoria do Ver. Nelsir Tessaro, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre à empresa BSC - Nova Ipanema Empreendimentos Imobiliários Ltda.

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

O Ver. Adeli Sell está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver. Mendes Ribeiro, colegas vereadoras e vereadores, senhoras e senhores, já quero anunciar aqui a ilustre visita dos servidores da Susepe, teremos um debate, em seguida, extremamente importante, sobre a reinserção das pessoas na sociedade. Eu quero hoje pautar, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Oliboni, Ver. Comassetto, meus colegas de bancada do Partido dos Trabalhadores, que hoje é um dia muito importante, porque, mais uma vez, o povo brasileiro vai se manifestar, Prof. Alex, Robaina, em defesa da educação. Aqui nesta Casa, o PSOL, o PT, o PDT, o PSB e também o PCdoB estaremos presentes sob a bandeira da unidade da luta pela educação, por mais verbas para educação em todos os níveis e contra os cortes. Estaremos juntos na defesa da educação

Também acertamos agora, com o Prof. Alex, que é o presidente da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE, desta Casa, para que pautemos o tema aqui levantado por nós no dia de ontem, que é a tentativa de o governo do Estado fechar os Núcleos de Educação de Jovens e Adultos – NEJA, além dos problemas que estão ocorrendo com a educação de jovens e adultos na rede municipal de ensino; claro, na rede municipal, essencialmente no ensino fundamental, pois temos muitas e muitas pessoas que ainda não conseguiram completar o ensino fundamental. Quero agradecer ao Prof. Alex, que, sempre de uma forma aberta e generosa, com a sua comissão, com os seus colegas, tem aceito e feito esses importantes debates.

Há pouco eu discutia a questão dos alagamentos em Porto Alegre. Eu pergunto o seguinte – afinal de contas, perguntar não ofende, Ver. Sgarbossa e Ver. Oliboni –: em que pé estão as questões pendentes do Departamento de Esgotos Pluviais – DEP? Essa é pergunta que eu me faço, Robaina, e que a sociedade também se faz. E agora que o DEP foi incorporado ao DMAE, o que a nova ou velha direção do DMAE tem a falar sobre os esgotos pluviais? Com a chuvarada que temos, disse aqui, dias atrás, no dia 16 de maio, Dia do Gari, que nós abandonamos a educação ambiental, ou melhor, nós não, a Prefeitura abandonou: o DMLU, a SMED e a SMAMS, nas quais havia equipes importantes de educação ambiental. Como está a situação dos galpões de reciclagem? Precaríssima, ultraprecária, porque não há resíduos, porque eles estão espalhados pelas ruas da cidade. Pude participar, esta semana, de um grande debate sobre o 4º Distrito numa universidade de Porto Alegre, e fui convidado a falar, e falei de algo lastimável que é a antiga Vila dos Papeleiros, a forma como ela foi feita – eu, aqui, já fiz a minha autocrítica –, mas fundamentalmente pela situação de abandono e de lixo espalhado por toda a Av. Voluntários da Pátria, especialmente na Rua Paraíba. Um horror! A casa dos horrores; não, a rua dos horrores. O núcleo habitacional dos horrores é lá, e isso tem que mudar.

Portanto, aqui eu pauto questões pertinentes da cidade de Porto Alegre, mas eu não podia deixar de comentar, eu falei com o líder do governo sobre a matéria de um dos grandes jornais da cidade hoje. Uma matéria desinformativa, uma matéria na qual os vereadores não foram consultados para dizer do seu voto, da sua posição, das emendas contraditadas, das emendas não aprovadas do patrimônio histórico e cultural da cidade. A que servem os interesses dessa matéria neste grande jornal, se uma parte importante, que é o Legislativo municipal, não foi ouvido. Nós queremos liberdade de imprensa, sim; nós queremos democracia, sim; mas nós queremos que as partes sejam ouvidas, este jornal é unilateral.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MENDES RIBEIRO (MDB): Obrigado, Ver. Adeli Sell. O Ver. Ricardo Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RICARDO GOMES (PP): Sr. Presidente, senhoras e senhores, hoje é 30 de maio de 2019, o Dia da Liberdade de Impostos no Brasil. É a 15ª

edição do chamado Dia de Liberdade de Impostos que diversas organizações tratam e fazem questão de marcar para dar consciência à sociedade do tamanho da carga tributária que nós pagamos hoje no País. E eu me lembro da 1ª edição desse evento, em 2004, quando o Dia da Liberdade de Impostos era no dia 11 de maio. Esse cálculo é feito da seguinte maneira: se toma a carga tributária e vê quanto ela consome, se ela é 40% do PIB, ela é 40% ao ano, projeta-se até quando as pessoas estariam trabalhando apenas para pagar imposto. Então, hoje, depois de 153 dias do início do ano, o cidadão brasileiro deixa de trabalhar para o governo e começa a trabalhar para si. Hoje o resultado do trabalho dos brasileiros reverte diretamente para suas famílias. O Brasil tem a maior carga tributária da América Latina. Nós disputamos investimentos com o Chile, com a Argentina, com o Uruguai, Paraguai, Colômbia, Peru, mas temos o cenário tributário mais complexo e hostil ao investimento de todo o continente. Hoje, 26 postos em Porto Alegre comercializaram gasolina sem imposto, isto é, houve patrocinadores que pagaram a diferença entre o preço do litro de gasolina que é vendido na bomba e o que seria o preço sem imposto. E dos R\$ 4,69 que é a média do litro de gasolina em Porto Alegre, hoje foi vendido sem imposto a R\$ 2,50; de R\$ 4,60 para R\$ 2,50 – esse é o tamanho do imposto que pagamos. Apenas em 2017 já foi recolhido mais de um trilhão de reais em impostos para o poder público no Brasil, entre a União, estados e municípios – um trilhão de reais! Apenas para que as senhoras e os senhores tenham ideia, é possível construir, com esse dinheiro, 6 milhões de apartamentos de moradia popular. Se considerarmos que cada apartamento abrigasse 4 pessoas, seriam 24 milhões de pessoas morando nesses apartamentos, apenas com a carga tributária que já foi paga no Brasil neste ano até hoje, dia 30 de maio. Ronald Reagan disse que pagar impostos é a única maneira de trabalhar para o governo sem fazer concurso. É isso que os brasileiros fizeram até hoje, trabalharam para o governo; hoje, dia 30 de maio, os brasileiros começariam a trabalhar para seu sustento e de sua família. Esse é o momento em que todas as casas políticas como esta têm que fazer, Sra. Presidente, uma reflexão sobre o uso desses recursos pela população, sobre o tamanho da carga tributária e o mal que ela representa para a economia, como ela espanta a geração de empregos. É hora do Estado reconhecer que ele achaca aqueles que verdadeiramente tomam risco, empenham o seu capital, organizam empresas e geram empregos. Não é o governo que gera prosperidade, são os empreendedores que produzem emprego e renda – essa é a reflexão que convido aos colegas a fazer neste dia da liberdade de impostos. De novo, até hoje, no dia 30 de maio, nós trabalhamos apenas para pagar impostos, 39% do PIB do Brasil são consumidos pelo poder público. E o resultado... Alguns dizem que o Brasil é, na verdade, a “Belíndia”: impostos de Bélgica e serviços públicos de Índia. E é isto que nós precisamos: fazer parte de uma transformação necessária no País. Obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Mônica Leal assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, depois de muito debate, protestos, esta Câmara Municipal aprovou, em 2008, a lei da retirada das carroças, para que se retirasse de circulação de ruas e avenidas os veículos chamados de tração animal. A medida aprovada foi para que em 8 anos se implementasse esse programa com financiamento do BNDES de R\$ 9 milhões e mais 9 de contrapartida para a Prefeitura. Depois, em 2016, o prazo foi prorrogado por mais 6 meses, uma vez que as medidas de inclusão não tinham sido atendidas. E, finalmente, o prazo de retirada dos chamados carrinheiros ou VTHs, foi estendido até o ano de 2020, aprovado nesta Casa.

Como 2020 já está logo ali, trago esse tema de forma a alertar aos nossos colegas vereadores e à população que devemos atentar para o cumprimento dos programas de inclusão, assim como foi a retirada das carroças de Porto Alegre. Sem querer generalizar, pois muitas dessas pessoas ganham a vida como catadores, mas é bom atentar para o fato de que, junto com o serviço de catadores sérios, também há exploração de menores por atravessadores. E é preciso continuar e intensificar a fiscalização, como está sendo feito pela Polícia Civil, porque foram já detectados, inclusive, transporte de carga roubada, como fios de alta tensão. E sempre quando se circula pela cidade, eventualmente, se vê uma pessoa em um local meio ermo queimando fios para tirar o cobre para entregar aos atravessadores. Para que se normalize a situação dos catadores, é preciso, sim, oferecer a inclusão social de programas existentes para catadores, inclusive em nível nacional, e assim profissionalizar ou buscar alternativa para essas pessoas em outras atividades. Enquanto não se define a situação, o tempo vai passando e, pelo menos, deve se garantir que o material recolhido chegue ao galpão de reciclagem ou cooperativas, que, com o atravessador, não chega até lá, além de ser pago um preço muito abaixo de mercado, também exploram essas pessoas. Quem sabe, fazer abordagens educativas e estimular a consciência ambiental para que esse material recolhido não fique retido em qualquer canto também da cidade, gerando lixo e doenças, inclusive, em animais de rua. Como eu disse, 2020 vai chegar e nós temos ainda um tempo para auxiliar na busca de alternativas a essas pessoas para que não fiquem numa situação abaixo da linha da pobreza e muito menos escravizadas e sem alternativa de sustento. Isso foi denunciado também, essa semana, na mídia da cidade. Para evitar essa exploração de atravessadores, quero ler apenas uma parte dessa matéria. (Lê.): “Pelo valor estimado, cada catador ganharia R\$ 15,00 por dia. A situação o deixa abaixo da linha de pobreza estipulada pelo Banco Mundial, ou seja, \$ 5,50, ou R\$ 22,11/dia”. No caso de R\$ 40,00 também mencionados, a situação classifica abaixo da linha de extrema pobreza. E os carrinhos não são dos carrinheiros, são dados pelos atravessadores, que retiram esse material que deveria ir para as cooperativas, onde é feito um trabalho, onde tem as pessoas cadastradas, onde se faz o rateio do arrecadado. Então, fica o alerta.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Srs. Vereadores, eu queria falar sobre dois assuntos, o primeiro em relação à nova ponte do Guaíba. Parece que ninguém tinha visto. E parece que nós também não tínhamos visto, mas nós tínhamos visto. Eu, no dia 20 de março, officiei a Marinha do Brasil, officiei o DNIT e o Ministério Público Federal, porque era evidente, quando a gente passava ali, que a nova ponte do Canal Furado Grande, que é a segunda ponte de quem sai de Porto Alegre em direção à metade sul do Estado, estava fora da conformidade. Era uma ponte construída quase que no espelho d'água, ela está muito mais baixa do que a ponte anterior. Naquele canal, embora não haja navegação de grandes navios, há navegação de barcos de pescadores das Ilhas, que têm uma fonte de renda importante, temos uma colônia aqui, e navegação de turismo náutico. Mas mais importante que isso: é uma obra que deve custar, por baixo, uns R\$ 300 milhões. Eu acho que alguém tem que parar na cadeia. Vou repetir: alguém tem que ser preso! Não é possível, numa das obras mais importantes e mais esperadas da história deste Estado, que se construa uma ponte na linha d'água! Hoje, na Gaúcha, falaram a manhã inteira como se tivesse – o jornalista Jocimar Farina – descoberto a América, quando, na verdade, eu estou falando disso desde o ano passado, quando, em março, eu officiei as autoridades. E estou esperando até hoje a resposta do DNIT, porque não pode haver resposta! É impossível. Eu não sou engenheiro, sou advogado, com especialização no direito urbanístico e no crime, vou dizer: é tema para cadeia. É tema ou para improbidade administrativa, ou para qualquer outro tipo penal, porque improbidade não é propriamente um tipo penal, mas é tema para cadeia. Essa obra vai atrasar o acesso a Porto Alegre, no mínimo, em dois anos, porque não é elevar a ponte. Não tem como elevar, tem que desmanchar a estrutura que foi feita e fazer uma nova. Eu penso o seguinte: como é que um engenheiro faz isso? Como é que se avançou nisso e se fez contra a cidade, contra Porto Alegre? E que bom que agora então venha à tona esse assunto. E eu digo aos senhores vereadores que eu estou esperando até agora a informação do DNIT com relação a essa questão.

A segunda questão: nós fomos atacados, na segunda-feira, este Parlamento e os vereadores, por um representante do Ministério Público, porque votamos aqui uma lei do Executivo que cria novos marcos para o patrimônio histórico de Porto Alegre na questão do inventário. E novamente o Ver. Adeli traz hoje tem uma matéria que aborda um lado só, no jornal Zero Hora. Nós não fomos ouvidos. Vou tentar explicar rapidamente aqui. O constituinte criou duas figuras: o tombamento e o inventário. O inventário tem que ser um caminho para o tombamento. No inventário ele faz uma lista, o proprietário é notificado dizendo que a sua casa está sendo inventariada e ele tem que ter prazo. Quem tem que ter prazo? O agente público. E aí o Município, o Estado ou a União – que têm institutos de proteção ao patrimônio histórico – têm que ter prazo para fazer os estudos. É isso o que a gente determinou na lei. Então disse o representante do Ministério Público, na segunda-feira, que, a partir de agora, pode-se colocar abaixo o

Colégio Militar, o Observatório da UFRGS, o prédio do Tumelero, no Viaduto da Conceição, e outros tantos prédios. Então eu vou repetir o que eu disse na televisão: “Não é verdade. É um argumento *ad terrorem*”. O que é *ad terrorem*? É um argumento para criar medo, para criar uma situação que não existe. Primeiro, porque ninguém pode desmanchar um prédio que tenha determinadas características sem pedir novamente autorização para a autoridade do patrimônio histórico, que, no caso de Porto Alegre é o Epahc. Então, primeira inverdade: não pode qualquer um chegar lá e mexer; não, tem que pedir autorização. E o que nós fizemos na lei? Vejam bem o que ele sonou, que fica determinado o prazo de 30 dias para que a autoridade do patrimônio histórico diga, responda a um *e-mail*, para dizer o seguinte: temos interesse que este prédio seja levado a estudo para fins de tombamento. Em 30 dias ele não pode dizer isso, em um e-mail que pode ser respondido em 15 segundo? E, em dizendo isso, Ver. Adeli Sell, ele tem seis meses para responder cinco perguntas objetivas: por que é histórico, de onde é que vêm as características... Enfim, isso daí é o mínimo que o agente público tem que ter quando lida com a indisponibilidade do patrimônio das pessoas.

Então, eu quero repudiar a tentativa de um, não da instituição, não do órgão do Ministério Público, mas de uma pessoa de desqualificar mais uma vez o trabalho do nosso Parlamento; aproveito para reafirmar a qualidade da lei que nós aprovamos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito a transferência do período de Grande Expediente para a próxima sessão.

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Nelcir Tessaro. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado ao Programa Melhor Infância dentro do sistema penitenciário gaúcho. Convidamos para compor a Mesa a Sra. Simone Messias Zanella, Diretora do Departamento de Tratamento Penal no sistema penitenciário gaúcho.

A Sra. Simone Messias Zanella está com a palavra.

SRA. SIMONE MESSIAS ZANELLA: Boa tarde Presidente, Ver.^a Mônica Leal. Boa tarde a todos os vereadores da Casa, em nome da Superintendência dos Serviços Penitenciários, quero agradecer a esse convite, dizer que é uma honra podermos estar aqui para explanar sobre o trabalho do Departamento de Tratamento

Penal da Susepe. Na atual gestão, nós construímos, no Departamento de Tratamento Penal, três diretrizes básicas para atender os familiares dos custodiados. Quais sejam elas? A remissão pela leitura, em função de que os nossos custodiados não possuem trabalho prisional para 100% dos apenados que estão recolhidos em nosso sistema carcerário. Como isso é um direito previsto na Lei de Execução Penal, sabemos que o Estado deve oportunizar outras formas alternativas para podermos efetivar o direito ao trabalho e o direito à remissão. Diante disso, o CNJ orienta – e foi uma longa caminhada que nós, operadores da execução penal, fizemos por mais de 20 anos junto ao Ministério da Justiça e ao Conselho Nacional de Justiça – a questão da remissão pela leitura. Foi um amplo debate que nós fizemos, tanto com a sociedade civil organizada quanto com o Judiciário, para conseguirmos avançar nesse sentido de que os juízes passassem a considerar a leitura, considerar a remissão pela leitura, que a leitura configurasse um tempo para a remissão desse custodiado recolhido, com seu direito de ir e vir cessado por um período, digamos assim, o tempo de cumprimento de pena privativa de liberdade.

Outra diretriz que nós estamos implantando no Departamento de Tratamento Penal é a questão do PIM – Primeira Infância Melhor. O PIM é um programa criado pelo Dr. Osmar Terra na Secretaria Estadual de Saúde, um programa de Primeiro Mundo, um programa maravilhoso que, efetivamente, cuida das nossas crianças. E cuidar das nossas crianças não é somente uma consulta mensal lá no pediatra; o PIM oferece uma visitação mensal dos agentes de saúde junto às residências. O que isso nos traz? Traz a possibilidade de termos acesso à convivência familiar dessas crianças, traz a possibilidade de sabermos se está ocorrendo abuso sexual dessas crianças, dá a possibilidade de sabermos – e aqui, quando falo sabermos, falo políticas públicas – como essa criança está sendo criada, e o porquê dessa interlocução do Departamento de Tratamento Penal lá com o PIM – Primeira Infância Melhor. Todos os estudos apontam que as nossas medidas de contenção da violência urbana estão falindo. Nós não temos mais carros para blindar, casas para blindar, e, a qualquer hora, nós teremos de ter roupas blindadas, também. O que nós vemos é que essas crianças, em especial os filhos das apenadas... Vejam os senhores, nós estamos falando de uma sociedade onde mais de 50% das crianças são criadas por mulheres, onde mais de 50% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres. Se mais de 50% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres, quando temos mulheres privadas de sua liberdade, quem cuida dessas crianças? Ninguém cuida. Nós tivemos um momento, no Estado do Rio Grande do Sul, com 800 crianças sem certidão de nascimento. Em 2002, 2003, nós fizemos um levantamento junto ao Tribunal de Justiça e nós tínhamos, espalhadas na cidade, 800 crianças sem certidão de nascimento, porque, quando nasceram, as mães já estavam presas. E isso gera um prejuízo para a cidadania dessas crianças, um prejuízo imenso para esses seres humanos, porque sequer acesso ao posto de saúde essas crianças tinham. É inadmissível fecharmos os nossos olhos. Eu, como assistente social que sou de profissão, não me permito ficar calada, ocupando esse cargo, que é um cargo, digamos, folgado, um cargo em que, em algum período, a gente permanecesse... Mas, sendo um período curto ou longo, eu não quero me calar com

relação a essa preocupação com as famílias dos apenados. Eu não quero me calar com a minha preocupação, que é de mais 20 anos com os filhos desses apenados e, em especial, com os filhos das apenadas, pelos motivos que já expus aos senhores. Tenho viajado pelo Estado apresentando essa temática e essa interlocução com a Secretaria Estadual de Saúde e pedindo que as câmaras de vereadores estejam conosco em cada município, porque este programa é municipalizado, é efetivado na rede local, esses visitantes são da rede local. Queremos ter esse diálogo com os senhores e as senhoras, no sentido da segurança pública, que é uma pauta transversal a todas as demais políticas, é transversal a todos os demais direitos. Vemos, todos os dias, os postos de saúde não poderem ser acessados porque determinada facção está em guerra com outra facção, e aí uma mãe com filho com asma precisando de oxigênio não pode entrar no posto de saúde. O que quer nos dizer isso? Quer nos dizer que temos que buscar alternativas diferentes, quer nos dizer que todas as ações até aqui realizadas não foram suficientes, por mais que os gestores públicos tenham envidado esforços, por mais que nós tenhamos buscado recursos, e o governo federal está pronto para auxiliar o Governo do Estado, tanto em ações de contenção quanto em ações preventivas. E nós já estamos, também, buscando uma interlocução com o governo federal: chamamos a nossa Secretária Extraordinária de Relações Federativas e Internacionais, a nossa Senadora Ana Amélia, e explicitamos essas propostas para ela, que se comprometeu conosco a levar para os ministérios, por entender da importância e da relevância dessa proposta, desse olhar junto às crianças. Outra questão que está também sendo tratada pelo departamento, com muita relevância, é o tratamento dos agressores, porque não basta apenas custodirmos os agressores, aqueles que cometeram crimes contra as mulheres, nós temos que tratar esses homens, nós temos que atender essas vítimas, nós temos que atender esses filhos que passaram por essa violência doméstica, que presenciaram o pai agredindo a mãe, que tiveram seu lar desfeito. Todos nós, um dia, fomos crianças; inclusive há uma música da Adriana Calcanhoto que diz que todos foram bebês, inclusive Hitler, inclusive Fernandinho Beira-Mar, e aqui todos os vereadores e vereadoras também foram crianças, todos tiveram um lar, bom, ruim, saudável, não saudável, mas todos nós tivemos um lar e todos nós tivemos na figura do pai e da mãe os nossos reis, os nossos protetores. Imaginem os senhores uma criança assistir a uma cena de violência do pai contra a mãe. Não tem como isso não ficar gravado na retina, no cérebro dessa criança. Nós entendemos que – embora sabendo que não temos uma varinha de condão para resolver todos os problemas – todas essas questões de fundo não podem e não devem mais passar em branco, as autoridades devem atentar a elas, e as autoridades são os senhores, as autoridades são os secretários, as autoridades são os governadores, a autoridade maior é o nosso Presidente da República, e nós temos que falar sobre esses temas, nós temos que falar com a ministra Damares sobre esse tema e incluir, sim, na pauta do Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça. O Ministério da Justiça tem que conversar com o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, nós temos que quebrar esses estigmas, esses paradigmas de setorizar os assuntos e colocá-los em caixinhas que não conversam entre si.

O vice-governador, Dr. Ranolfo, apresentou, como plano de segurança pública, o RS Seguro, que é um plano que vem nos falar da necessidade dessa conversa, da necessidade da transversalidade entre as disciplinas, entre os assuntos, entre as temáticas, e é isso que o departamento vem trazer, com a nossa equipe de advogadas, de psicólogas, de assistentes sociais, nutricionistas, estamos focando o nosso trabalho nesse aspecto, esse será o pilar da minha gestão frente ao departamento por entender que fazer o mesmo do mesmo, já dizia Maria Tavares, fundadora do Patronato Lima Drummond, se nós continuarmos tendo as mesmas ações, nós teremos os mesmo resultados. E aqui quero agradecer às minhas assessoras, Dra. Adriana e Jéssica Santos, que me acompanham nessa assessoria e nessa luta diária. Estamos, digamos assim, além da apresentação de convencimento de novos pares nessa jornada, nessa caminhada, nessa construção, porque estudar criminologia, discutir criminologia com cérebros mais ilustres deste País e fora deste País, eu já fiz, porque não estou chegando hoje nessa temática, tenho uma caminhada de 27 anos de estudo, principalmente de estudo nessa área. O que vemos, teoricamente, é que os mínimos processos de exclusão social que começa desde lá da baixa acuidade visual – doutora, a senhora falando que baixa acuidade visual tem a ver com Fernandinho Beira-Mar? Sim. Pode ter a ver com Fernandinho Beira-Mar. Estou citando porque é o mais conhecido em nosso País, vai ter até uma grife, Fernandinho Beira-Mar está lançando uma grife de roupas, de equipamentos esportivos, de roupas. E nós podemos dizer, sim, que inclusive baixa acuidade visual pode gerar, ser um primeiro passo para um processo de criminalidade, porque essa criança vai ficar inquieta na sala de aula. E uma criança inquieta, nós temos a nossa campeã de ginástica olímpica, a Daiane, foi uma das crianças inquietas, se não captada pelo esporte, seria excluída das salas de aula, dos bancos escolares. E todas essas questões são processos que se iniciam do mínimo processo de exclusão social, e ali nós começamos um processo de construção para uma exclusão maior, que, muitas vezes, pode culminar na criminalidade, na criminalização desse ser humano. Com todas essas reflexões, digamos assim, todas as setas me dirigem e me levam para a questão da assistência na saúde. Nós temos que cuidar dos filhos desses apenados, nós temos que cuidar dos filhos dessas apenadas. Nós temos que resgatar essa família para os braços das políticas públicas, nós não podemos deixar escapar esse grupo populacional para o crime organizado. Um jargão que nós temos na área criminal, e que o Ver. Marcelo sabe bem, é que se o Estado não abraça essas pessoas, o crime organizado está ali com os braços abertos a qualquer momento para abraçá-las. Eu, como cidadã, como mãe, como profissional que me entendo, me vejo comprometida com essa causa, vou batalhar muito, vou lutar muito e vou buscar muitos parceiros para essa jornada de atendimento às famílias. Pretendo buscar no governo federal, seja por meio da secretária Ana Amélia Lemos, por meio do governador, por meio de deputados, recursos para nós, no mínimo, atendermos a duas mil famílias com mediação familiar. Nós queremos iniciar uma aproximação com essas famílias por meio da mediação familiar, para resgatá-las junto aos braços do Estado, aos braços das políticas públicas. E cada vez mais, também, buscar parceiros e parcerias junto à Secretaria Estadual da Educação, que nós temos de longa data, mas aquela parceria, como eu digo, intramuros, só voltada para os apenados.

Esse trabalho desde sempre existiu, nós não estaríamos trazendo nada novo se viéssemos a apresentar o trabalho que é realizado com os apenados. Até por força de lei, ele sempre existiu, conforme as assistências previstas na nossa Lei de Execução Penal brasileira. Ali já nos diz: assistência à saúde, assistência à educação, mesmo que, com algumas dificuldades, ou muitas dificuldades, vamos ser sinceros e honestos, nós, a superintendência, cumprimos esse atendimento aos apenados, mas nós nunca tivemos braços e pernas para cumprir o atendimento aos familiares, em especial aos filhos dos apenados. Por isso venho aqui apresentar aos senhores e solicitar que todos os senhores possam refletir um pouco sobre essa nossa demanda; esses são assuntos, muitas vezes, que as pessoas não gostam de tratar. O meu marido, o falecido vereador Artur Zanella sempre me dizia: “Nunca deixa de trabalhar em prol dessas crianças”, ele sempre me aconselhou: “Nunca esquece essas famílias”. E, com o comprometimento que ele tinha também com a sociedade gaúcha, eu me sinto mais encorajada ainda, mais disposta em seguir essa missão, que é, com o nosso trabalho técnico, poder fazer alguma proposta diferenciada em prol da redução da violência urbana. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Ouvindo e olhando para a senhora, nos vem em mente necessariamente a figura do ilustre amigo, porto-alegrense, conhecido de todos, vereador aqui de Porto Alegre por muitos anos, inclusive meu contemporâneo, o nosso sempre Ver. Artur Zanella. Eu conheço a senhora já faz muitos anos, quero dizer que a área penitenciária de tratamento penal está em muito boas mãos, até em razão da capacitação que a senhora tem na área, que vem de longe, tem experiência no setor, e, antes de mais nada, o olhar social daquilo que acontece dentro e fora dos presídios do Rio Grande do Sul.

Hoje, cabe dar uma pincelada nos acontecimentos do Amazonas, onde, em dois eventos, mais de cem pessoas foram mortas dentro dos presídios, por presidiários, e como se soube agora, inclusive, da mesma facção, dado o volume, o grande problema de violência que estamos vivendo nas cidades, no nosso País e em todos os estados. O tema que o Dra. Simone trouxe hoje aqui para nós, o programa Primeira Infância Melhor dentro do sistema penitenciário gaúcho, como sabemos, a primeira instância veio lá de 2012, começou na Penitenciária Madre Pelletier e depois se expandiu para outros espaços, mas, no sistema prisional, tem nas mãos da Dra. Simone a capitã número um desse processo. Quando se fala na infância, na criança, nós precisamos ter um olhar todo atento, carinhoso e especial, porque eu concordo com a senhora, ou faz o Estado, e fazemos nós, ou o crime organizado leva essas pessoas para o mau caminho. E se faz muito pouco neste País. Na minha visão, se fazem coisas, mas o resultado tem sido muito pouco, porque não é somente levar a assistência médica, a saúde e a

educação, esse olhar sobre criança, todo especial na sua formação, é fundamental, e, quando se fala das crianças que têm suas mães apenadas, a questão é ainda mais profunda, bem maior e merece uma reflexão toda especial e um desafio por parte de todos nós. Por isso eu quero ler aqui rapidamente os objetivos da iniciativa. “Garantir às mulheres privadas de liberdade acesso a uma política pública materno-infantil; estimular e fortalecer o vínculo mãe/bebê, quando a mulher estiver no estabelecimento prisional com seu filho; promover o desenvolvimento infantil integral e saudável para os filhos de mulheres que estão presas; orientar, sob os cuidados de fomentar, a partir do marco da primeira infância, a solicitação de prisão domiciliar.” Esses objetivos dão o marco de como e o que se faz nesse olhar atento às crianças de mães aprisionadas. Por isso, enquanto Câmara Municipal de Porto Alegre, enquanto vereador de Porto Alegre, tenha a certeza, amiga Simone, de que todos nós agradecemos a sua presença aqui, registramos a importância da sua presença e sabemos que temos também um compromisso a esse olhar atento às crianças todas, especialmente às mais pobres, mais necessitadas e, muito especialmente, àquelas que têm suas mães aprisionadas. Por isso, parabéns pela sua bela exposição, foi lúcida e esclarecedora, e nós só temos a ganhar com a sua presença aqui conosco. Obrigado e um abraço a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Adeli Sell está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ADELI SELL (PT): Ver.^a Mônica Leal; nossa nobre visitante, Dra. Simone Zanella; pessoas que lhe acompanham, a minha saudação. Em boa hora vem esse tema, que tem muito a ver com questões que nós temos levantado aqui, Ver. Marcelo Sgarbossa, sobre a questão da importância da inclusão social daqueles que mais necessitam do Estado, tem que ter estruturas estatais, seja em nível municipal, estadual ou federal e não importa em que nível for. Nós sabemos que há uma preocupação no judiciário gaúcho, dias atrás, e conversávamos há pouco com a Dra. Simone, o pessoal nos procurou na faculdade para ver uma forma de ajudar a colocar as pessoas que estão, por exemplo, em liberdade condicional. Essas pessoas, normalmente, têm família, pai, mãe, esposa, marido, filhos, netos, e precisam de ajuda, e nós temos que indicar as pessoas para o mundo do trabalho, convencer as pessoas, dar uma chance a essas pessoas, retrabalhar as suas vidas.

Nós temos que nos preocupar também com a questão da leitura, por isso que eu sou entusiasta. Dirijo hoje a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura e nós temos dois grupos que estão discutindo conosco a questão de levar a leitura para os presídios, em especial para as mulheres da Madre Pelletier para que possam se reinserir e que também utilizem a questão da leitura para a remissão das suas penas. Todos aqui sabem que, o trabalho, a leitura, a catalogação de livros, levam as pessoas a remir partes das suas penas, Ver. Marcelo Sgarbossa, V. Exa. que é professor na área do direito. Nós temos que ter essa preocupação.

E acho mais, acho que deveríamos fazer uma reunião de trabalho com a Câmara Municipal para que, inclusive, pudéssemos, em algum momento, coordenados pela Ver.^a Mônica Leal, nossa presidente, uma reunião de trabalho com a Dra. Simone e outros para que os nossos assessores pudessem estar em torno de uma mesa e discutir as formas de integração.

Hoje é um dia muito importante aqui, todos temos muitas tarefas, atendendo as pessoas, discutindo temas, mas eu proponho – sei da generosidade da Ver.^a Mônica Leal de fazer e conduzir – uma reunião de trabalho da Mesa Diretora, do Parlamento gaúcho. Deixo essa proposta às nobres parceiras dessa caminhada para que a gente possa integrar as pessoas novamente na sociedade. Nós não somos coniventes com o crime, nós não somos coniventes com a violência, nós repudiamos, nós achamos que tem que aplicar a lei, no entanto, não basta essa questão. Hoje nós temos estudos de criminologia, e eu queria citar aqui o grande estudioso, Loic Wacquant, que tem um estudo sobre a questão do sistema prisional americano, que é uma tragédia, e nós queremos repetir essa barbaridade que se faz nos Estados Unidos hoje. É um erro gravíssimo! Por isso que me oponho radicalmente à proposta do ministro Moro sobre essa questão. Há uma outra questão com que concordamos, mas, no grosso, não é correto! Hoje nós temos instrumentos no Código Penal, na Lei de Execuções Penais – LEP, condições efetivas de penalizar de um lado, e reintegrar de outro lado. Não adianta vir com esse discurso moralista, criminalizador, como se fossem resolver os problemas da humanidade. Não existe isso! Os instrumentos existem, precisamos seres humanos abertos, de um lado e de outro. Quem não quiser evidentemente, se reintegrar, ou permanecer ligado às facções, ter uma vida mais fácil, é um outro problema, mas nós temos que pensar na dignidade da pessoa humana, seja fora ou dentro das grades. Essa que é a questão do sucesso e da liberdade da humanidade. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÔNICA LEAL (PP): O Ver. Nelcir Tessaro está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR NELCIR TESSARO (DEM): Sra. Presidente, minha amiga e grande defensora dos direitos, atuante na Susepe, Simone Messias Zanella, bem-vinda a esta Casa, parabéns pela sua explanação; Srs. Vereadores e Srs. Vereadores; público que nos assiste; a apresentação feita pela diretora do Departamento de Tratamento Penal no Sistema Penitenciário Gaúcho foi muita clara e muito oportuna. Eu vou me ater aqui principalmente às crianças e ao Programa Primeira Infância Melhor dentro da Susepe. Nós sabemos a situação em que ficam as crianças das mães detentas, que são chefes de famílias e vão cumprir uma pena. Seja qual for a punição e o motivo dado a essas mães, isso não pode significar punição às crianças, aos seus filhos. E o Estado tem o dever de dar o atendimento a essas crianças que ficam jogadas, abandonadas e não frequentam mais aulas porque justamente são discriminadas. Há discriminação, sim, para essas crianças que estão nessa situação. O Programa Primeira Infância Melhor tem um

convenimento, onde a direção, a equipe da Susepe faz esse trabalho, buscando recursos nos ministérios para que, cada vez mais, haja essa reintegração, essa reinclusão na sociedade e principalmente fazendo com que o menor não seja sacrificado, Ferronato, o menor não venha pagar a pena pelos seus pais, pois é isso que está acontecendo hoje em Porto Alegre, dando uma oportunidade de trabalho, no futuro, para essas crianças. Se essas crianças não tiverem a base agora, no momento em que elas mais precisam... Porque nós sabemos que a criança, a partir dos sete anos, começa a formar o seu caráter, é o que ela vai ser no futuro, o que vai ser, ali logo à frente, é quando é delegado a ela, se será uma delinquente ou uma pessoa que fará parte da sociedade e terá o seu desenvolvimento social, comungando com os demais cidadãos na sociedade gaúcha.

Meus parabéns por esse trabalho, eu não o conhecia, mas eu a louvo pela sua atitude de criar esse departamento e esse trabalho dentro da Susepe. A inclusão social é uma das coisas mais importante que se tem hoje, seja para a criança, para o adolescente ou para o adulto, a cada dia nós estamos vendo mais e mais adolescentes envolvidos no crime. Por quê? Porque os seus pais não puderam dar a atenção necessária. O Estado, que deveria dar essa atenção justamente lá na escolinha, na escola de primeiro grau até o segundo grau, para fazer o acompanhamento dessas pessoas, não faz. E aí a criminalidade busca essa criança, lá nos seus 16 anos, e vão dizendo a ela: “És de menor, não tem problema nenhum, não vai te acontecer nada, se acontecer, será um, dois anos apenas que vais ficar em reclusão e vais sair pela vida normal”. Não é assim, vida normal, porque não existe vida normal para quem está envolvido dentro do crime. Não há vida normal se nós não tivermos uma educação qualificada e uma inclusão dessas pessoas dentro do seio da sociedade. E nós temos que fazer essa inclusão social, pois essas mulheres, muitas eram chefes da família, estão nos seus cárceres privados, estão elas na Madre Pelletier ou em outro local, elas não têm como dar atenção necessária aos seus filhos que ficaram ali, às vezes, abandonados com a tia, com o padrinho, ou seja quem for, mas não é a mesma coisa, porque ninguém, na hora da obrigação de colocar a criança a estudar, principalmente, dar o atendimento médico necessário, não tem ninguém mais para fazer. Então, quero parabenizá-lo, bem como toda a sua equipe da Susepe que está presente, parabéns ao Ver. Ferronato, que trouxe para essa apresentação e dizer: vamos juntos, sim, combater essa desigualdade que há no nosso sistema gaúcho.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Lourdes Sprenger assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Sra. Presidente, Ver.^a Lourdes; colegas vereadores, minha querida Simone, eu te cumprimento pelo trabalho que fazes de entrega, de idealismo, de convicção, de amor pela tua atividade, e

cumprimento o Ver. Ferronato pela iniciativa. No Direito Penal, nós vamos encontrar especialistas para várias visões, o senhor que é advogado, Ver. Tessaro, nós vamos encontrar uma visão mais à esquerda, atrelada ao garantismo penal, e o que crê numa espécie de determinismo de que as condições exteriores à vida de uma pessoa contribuem, muitas vezes, para que ela desvirtue para o caminho do crime. Nós vamos encontrar outras visões mais punitivas à direita. Eu acredito e sempre coloco nas minhas redes sociais de que nós devemos praticar a empatia. Isso que a Simone fala, porque ela vive naquele universo, ela é impregnada de boa vontade de fazer acontecer, certamente não é a mesma visão de uma outra pessoa que tem um familiar vítima da criminalidade. Essa pessoa quer a punição mais severa possível para alguém que muitas vezes lhe destruiu a vida ou a família ou lhe tirou da sua convivência um ente querido. Então, a visão do direito penal é difícil.

Eu acho que ela está trabalhando aqui um outro aspecto, que é o de tentar resgatar as crianças. Eu acho que isso é um esforço que todos nós devemos fazer. No ano passado, fizemos aqui, Ver.^a Lourdes, um seminário, no mês de julho, trazendo as maiores autoridades em direito penal, eu ousei dizer do mundo, porque trouxemos aqui o Comissário de Polícia da Bélgica, trouxemos o xerife de Los Angeles, da Califórnia, o filho do Cassiá Carpes, o Bruno Carpes, que é um promotor muito conhecido, foi nosso palestrante, desembargadores do TRF4 foram palestrantes, o Chefe da Polícia Civil do Rio Grande do Sul foi palestrante, o Comandante da Brigada foi palestrante. Nós nos debruçamos aqui, durante um período, junto com a escola do Legislativo para discutir esse fenômeno da violência e da criminalidade que assola o Brasil. Há 60 mil pessoas por ano vítimas do crime, há 40 mil mulheres violentadas, estupradas por ano no nosso País, isso é um absurdo, isso é um *tsunami*.

E tem um problema de fundo que quero trazer, que é a falta de uma política de planejamento familiar no nosso país. Quem tem por obrigação, como nós, de ir para a periferia da cidade vai encontrar meninas mães de dez anos, condenadas – e é triste dizer isto – a não poderem continuar os seus estudos porque vão ter que se dedicar a cuidar do filho, a ter renda. E essa criança, os estudos da criminologia e outras coisas mostram, é suscetível a ser aliciado pelo tráfico. Porque lá no tráfico, na comunidade, portar um fuzil é ter uma certa autoridade, que é uma miragem, é um item de *status*. Aquele jovem que está vendo o pai e a mãe, se ralando a vida inteira, trabalhando o mês inteiro para ganhar um salário mínimo e não conseguir pagar nada nem comprar nada no final do mês e olha a vida do tráfico, ele acha que é muito mais fácil, mas é uma vã ilusão, que termina muito antes dos 25 anos, quando ele é vítima do extermínio das guerras das gangues. Então a falta de planejamento familiar... Eu, se prefeito fosse, se governador fosse, se presidente fosse, colocaria quase toda a minha energia da saúde num programa sério de planejamento familiar, colocando contraceptivo nas meninas. A esquerda, quando se fez isso, atacou dizendo que era eugenia, que estavam esterilizando mulheres pobres e negras, o que é um absurdo, uma mentira, porque a gente precisa fazer um programa de planejamento familiar.

A segunda questão: falta de estrutura familiar. E quando nós não temos valores e limites – está falando um pai de três filhos –, a criança, naturalmente, vai

distendendo os limites, e a gente é quem põe limites. Se a gente não põe limites, o adulto não terá limites, e se é uma criança que não tem afeto, no futuro, ela também, porque nunca teve nada, não terá nada a perder. Então, limites e afeto são coisas importantes na infância. A terceira questão do crime é a certeza da impunidade. Está falando um advogado criminalista aqui. Nós estamos no paraíso dos criminalistas. A melhor coisa que tem é ser advogado criminalista no Brasil, pois são tantas as garantias, tantas as instâncias processuais, tantas as nulidades, que é muito fácil advogar no crime, gente.

E, por último, eu quero dizer o seguinte: o sistema penal brasileiro – o Adeli criticou o sistema americano aqui –, se tem um que não funciona é o nosso. O nosso sistema penal não reeduca, não reintegra, não ressocializa; é uma ilusão, é uma visão romântica. Da segunda galeria para dentro do presídio central, o Estado não entra mais, o carcereiro é o próprio presidiário, as facções dominam as galerias da cadeia, uma é dos manos, outra é dos balas, a outra é dos antibalas, e não existe Estado lá. Então não vamos nos iludir com isso. E se alguém ainda é ressocializado hoje é pelas igrejas evangélicas, que fazem acreditar em Cristo. E não é nem a minha religião, porque eu sou da religião judaica, que vem antes, sou de Moisés, mas Jesus foi o maior judeu de todos os tempos, não é? Acreditam em Cristo, encontram em Cristo uma saída, essa tem sido a única forma de um mínimo de sucesso de poder se ressocializar alguém dentro das cadeias. Porque, Simone, o teu trabalho, por mais elogioso que seja, por mais que a gente tenha que aplaudi-lo de pé, a gente sabe que, infelizmente, do jeito que está, se nós não fizermos isso, vocês vão continuar enxugando gelo, e é triste reconhecer esse tipo de coisa. Mas, para além de tudo isso, uma reflexão que eu acho que é de alguém que procura estudar e vê isso, eu acho que a gente precisa reconhecer, aplaudir e tentar ajudar vocês pelo menos para ajudar a resgatar essas crianças, para que elas não sigam o mesmo triste destino que, muitas vezes, os pais tiveram. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (PMDB): O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Eu, na verdade iria pedir, Simone, para falar no microfone de apertes, era mais para fazer aqui uma saudação. É um tema tão sensível e que pode derivar para inúmeras teses e eu acho que o que nós mais precisamos agora, quando se fala na questão das crianças, dos familiares de pessoas que estão presas, é justamente esse conhecimento racional e técnico que você trouxe aqui. O pior que podemos fazer, na minha opinião, é tratar o tema de forma ideologizada. Vejam, quando eu falo isso, não estou dizendo que ideologia não existe ou que é necessariamente negativa, as ideologias são visões de mundo, formas de encarar a sociedade, as pessoas. Mas aqui nós temos dados, esse dado que você trouxe de que 800 crianças não têm sequer certidão de nascimento – elas não existem para o Estado – mostra o quanto nós estamos

longe de atender o mais básico que é reconhecer o direito de essas pessoas existirem na nossa sociedade. Então, dizendo isso já me posiciono aqui, não é um posicionamento ideológico, é um posicionamento humano, em que as políticas públicas devem, sim, chegar, devem acolher, as ações do Estado devem, sim, acolher as pessoas que mais precisam e aqui nós estamos falando das que mais precisam mesmo, que são as crianças. Então, não quero entrar aqui no tema da ressocialização. Acho que o Departamento de Tratamento Penal é, dentro do sistema penitenciário, aquele que deveria ser o mais importante. E digo isso na condição de quem já trabalhou no sistema penitenciário e que, estou dizendo para as técnicas aqui, que sabem que fui corregedor-geral do sistema penitenciário, eu tinha inclusive uma disputa com relação ao local onde ficava a Corregedoria, que ficava na frente da sala do superintendente. Foi um trabalho muito difícil porque, dentro de um sistema punitivo e dentro de um sistema em que a punição é a regra, eu lembro que muitos delegados regionais e muitos servidores, diretores de presídio buscavam a informação administrativa na Corregedoria. E o nosso trabalho na Corregedoria foi de dizer: “Olha, aqui estamos tratando de questões meramente administrativas. A Corregedoria serve para questões disciplinares e não para questões administrativas.” Mas o receio era tanto de cometer algo errado e ser punido, que era melhor ter informação da Corregedoria, Presidenta Lourdes. Porque aí, se a Corregedoria diz que eu posso fazer, aí eu estou isento de receber uma punição. E aquele dado, eu não vou trazer o número exato aqui, mas só para vocês entenderem, logo que nós assumimos a Corregedoria da Susepe, em torno de 30% dos servidores respondiam a sindicâncias. Imaginem uma instituição em que 30%, Ver. Hamilton, dos servidores respondem sindicância. Então, a ideia da punição e do processamento é uma ideia muito presente na Susepe. Eu me orgulho de nós termos reduzido o número de sindicâncias e, eu diria, de termos levado a sério aquelas sindicâncias que eram abertas, mas reduzindo, não abrindo sindicância por qualquer motivo, e inclusive fazendo um concurso interno para corregedor, que, pelo que sei, não se repetiu mais essa iniciativa, o que eu lamento, pois era uma forma de dar um conteúdo técnico para os corregedores e corregedoras. Então, falo aqui mais para fazer uma saudação, para dizer que, sim, nós, como agentes públicos, devemos entender o tema, racionalizá-lo e entender que uma Susepe deve ter no seu Departamento de Tratamento Penal – e não é porque vocês estão aqui, eu falava isso enquanto corregedor – é o órgão mais importante. Não que não tenha que ter os seus órgãos de contenção, de força, mas isso já existe dentro da Brigada Militar, já existe em outros aparelhos. Então, a Susepe não precisa ser mais um aparelho de repressão, mas, sim, de tratamento. E eu também não estou aqui idealizando. Sei que são situações difíceis, não são todas as pessoas que conseguem se reinserir, se ressocializar, mas esse é o esforço da política pública. Então, estão de parabéns por trabalharem no tema e trazerem a verdade e a racionalidade para um tema tão difícil, que a sociedade quer apenas punir, mesmo que as pessoas já tenham cumprido as suas penas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra Simone Messias Zanella está com a palavra para suas considerações finais.

SRA. SIMONE MESSIAS ZANELLA: Primeiramente, quero deixar o meu agradecimento ao Ver. Aírto Ferronato com quem, como ele citou, de longa data, nós temos esse contato e esse debate sobre a questão prisional, porque ele demonstra uma preocupação com esse tema.

Ouvi atentamente os vereadores que se pronunciaram, e isso me alegra muito, no sentido de estar tendo o retorno que nós imaginamos que teríamos na nossa Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Quero também deixar registrado, Ver. Adeli Sell, que nós aceitamos, de pronto, o convite de estarmos na mesa diretiva desta Casa para compor uma frente, em relação à remissão pela leitura. Espero que possamos avançar neste caminho, porque, para além da remissão propriamente dita, objetivamente, nós teremos aí a construção de um ser humano que está dentro de uma cela, segregado. Se nós acreditamos que o conhecimento liberta e que o conhecimento é transformador, então nós temos que acreditar que a remissão pela leitura, para além desse benefício temporal aos presos, aos apenados ou aos custodiados – seja a terminologia que quisermos utilizar – para além disso, nós estaremos humanizando, buscando a transformação desses seres humanos, sim, com esta ação que é uma ação, digamos, que não necessita de grandes investimentos financeiros, que necessita, sim, de boa vontade dos gestores, de boa vontade dos funcionários da Susepe, dos agentes penitenciários, dos técnicos, dos diretores, e da sociedade civil organizada também com doação de livros, com incentivo nas suas comarcas, porque temos comarcas pequenas, temos presídios com 200 apenados, com 50 apenados no interior do Estado, onde o Rotary, associações, conselhos da comunidade, associações representativas, toda e qualquer organização não governamental pode, sim, auxiliar, porque nós temos que ter a máxima constitucional que segurança é direito e dever de todos. Nós temos o direito à segurança pública, mas nós temos também o dever de auxiliar na segurança pública. Todo o cidadão brasileiro tem esse dever, e todas as entidades não governamentais estão convidadas, por mim, a fazerem parte desse processo de reinserção, sim. Nós temos que falar nas “res”, a reinserção, reintegração, seja o termo que quisermos utilizar, seja o termo mais ou menos polêmico, o que nos importa, no final, é que este ser humano possa ser reinserido em nosso convívio social, de forma pacífica, harmônica, produtiva, e que nós possamos, enquanto sociedade civil organizada, enquanto poder público estatal, nos unir e nos irmanarmos nesta batalha contra a violência, nesta causa também de amor, nesta causa também de afeto. Nós temos teóricos, e futuramente e oportunamente podemos trazer, teorias da clínica do amor. Bom, como vamos falar sobre esses temas na segurança pública, sobre a clínica do amor? Nós vamos ter que começar a falar, talvez não para pessoas encarceradas, mas para seus familiares, e buscar apoio desses familiares ao poder estatal, vinculação desses familiares junto ao nosso trabalho, junto à Superintendência dos Serviços Penitenciários, junto às políticas públicas, porque, no momento em que nós atendermos a esse grupo populacional e eles se entenderem seguros, protegidos pelas políticas públicas, eu digo, com toda a certeza,

aos senhores, nós teremos aliados, e fortes aliados, porque os familiares falarão para os apenados que estão sendo atendidos, que estão sendo acolhidos. As famílias dos apenados, em muitas circunstâncias, impedem rebeliões, impedem motins e incentivam os custodiados pela Superintendência dos Serviços Penitenciários a aderirem à proposta terapêutica, digamos assim, à proposta de atendimento, de acompanhamento do tratamento penal, porque, muitas vezes, essa pessoa, esse ser humano que está continuando a ser negligenciado pelas políticas públicas não acredita mais que seja possível. O Dr. Luciano Losekann trouxe de Santiago do Chile um programa chamado Voltar a Confiar, o nome já expressa isso: temos que voltar a confiar nessas pessoas que delinquiram, por algum motivo ou por vários motivos, mas essas pessoas também precisam voltar a confiar em nós, vereadora, precisam voltar a confiar que nós não estamos aqui somente para puni-los, somente buscando punições altas e severas. Os crimes, no meu entendimento, devem ser punidos de forma rigorosa; concordo com a punição rigorosa, mas concordo que o cumprimento da lei também é para as instâncias públicas, nós também temos que cumprir a legislação que rege o nosso trabalho. Nós temos que buscar o cumprimento das assistências previstas na LEP e, para, além disso, o atendimento a essas famílias em exclusão social, em exclusão afetiva também, como o Ver. Tessaro falou, inclusive a questão afetiva. A violência urbana e a segurança pública é um fenômeno tão complexo, Ver. Marcelo Sgarbossa – que esteve no governo federal também elaborando o plano nacional de segurança pública, V. Exa., com certeza, melhor do que eu, sabe da complexidade desse tema porque é um estudioso também –, é tão complexo que inclusive essas questões atravessadas ou que permeiam, inclusive as questões afetivas, esse desafeto, esse desamor, essa falta de cuidado com essas pessoas que estão lá na comunidade. Por isso o nosso, digamos assim, clamor social, essa nossa divulgação e esse nosso pedido de apoio, de ajuda, de adesão a essa proposta de cuidar das nossas crianças para termos, em médio e longo prazo, uma sociedade mais solidária e menos violenta, porque a violência está permeando todos os nossos tecidos e não escolhe mais classe social. Todas as classes sociais e todos os segmentos estão sofrendo desse mal. Com isso, reitero o meu agradecimento ao Ver. Airto Ferronato e a todos os senhores que me ouviram nesta tarde, e a minha equipe. Muito obrigado.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPENGER (MDB): Parabéns, Dra. Simone. Convidamos todos os presentes para o registro fotográfico.

(Procede-se ao registro fotográfico.)

PRESIDENTE LOURDES SPENGER (MDB): Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h47min.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB) – às 15h50min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Dr. Goulart está com a palavra para uma Comunicação de Líder e depois prossegue em Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR DR. GOULART (PTB): Sra. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, amigos que nos visitam, TVCâmara; o Ver. João Bosco Vaz me ofereceu o tempo de liderança do PDT, só que não pode regimentalmente, então, os vereadores Robaina e Prof. Alex me emprestaram o tempo, se for necessário, da oposição.

Pois nesse *entourage* de más notícias políticas que a gente escuta pelo Brasil afora, e não é diferente aqui na cidade de Porto Alegre, temos aqui um texto do nosso secretário da saúde, Pablo Stürmer, que não sei se todos vocês leram, ele passou no jornal de ontem: “Mais saúde com foco nas pessoas”. Para mim, é importante ler esse texto para os senhores para a gente discutir um pouco, porque eu quero que ele fique gravado nos anais da Câmara.

Saibam os senhores que, em 1998, e lá se vai tanto tempo, eu fui secretário da saúde de Cachoeirinha, um lugar progressista, onde estão proliferando fábricas, onde estão acontecendo coisas boas há muito tempo. E, naquela época, o prefeito da cidade era Valdecir Mucillo, do PDT, e eu era indicado pelo PTB para ser, então, o secretário de Cachoeirinha. E tocou para a gente fazer um monte de coisa boa na cidade de Cachoeirinha. Começamos fazendo a Conferência Municipal de Saúde, que tinha sido feita 15 anos antes e nunca mais tinha acontecido, com foco na municipalização da saúde, que era moda naquela época. Tocou para eu fazer a municipalização da saúde também, o fenômeno na municipalização tripartite único, e muito nos encantou que eu e a Viviane Goulart sentamos para fazer o texto, que foi usado depois pelo ex-INAMPS, atual SUS, para ser um modelo para a municipalização da saúde de Porto Alegre e para a municipalização da saúde de outros municípios, o que muito me encantou também, na época, mostrando que o caminho estava certo. Fizemos a contratação dos agentes comunitários de saúde, eles passaram no concurso e nós contratamos todos, uma coisa que não costuma acontecer, e muitos por serem contratados. As políticas do IMESF estão precisando de ajuda, os médicos de família e seus agentes comunitários estão passando por dificuldades na cidade de Porto Alegre mesmo. Então, deu para avaliar bastante que aquele pronto socorro 24 horas tenha sido o maior encanto daquela época da gestão, que ficou sendo modelo para uma UPA. Em 1998, nós fizemos o posto 24 horas de Cachoeirinha, que virou modelo para as UPAs de hoje, com uma diferença abissal: as UPAs, hoje, valem uma fortuna, são caríssimas para serem instaladas e para a manutenção das mesmas, ao passo que, lá em Cachoeirinha, o prefeito me disse assim... Ele até me lembrou da minha mulher que quando meu filhinho Vinicius começou a falar – hoje ele está com 15 anos, militante trabalhista ferrenho e *rapper*, bem estudioso no Colégio Província de São Pedro – disse: “Filhinho, tu tens duas opções na vida para torcer, ou tu vais torcer pelo colorado, ou tu vais torcer pelo Internacional”. Aí o gurizinho falou: “Eu vou torcer então pelo Internacional, mamãe”.

E ele é colorado até hoje. O prefeito fez uma coisa parecida comigo: “Ou tu fazes a UPA de Cachoeirinha – na época não era UPA, era posto 24 horas – sem dinheiro, ou tu fazes ela sem nenhum tostão”. Então, vocês vêm que maravilha, o prefeito me disse isso. É a mesma história de agora: todos os governadores, os prefeitos, os presidentes dizem que não têm dinheiro para nada, mas os caras roubam, roubam, roubam e ninguém recupera esse dinheiro. Cadê o dinheiro da Petrobras, cadê o dinheiro que todos eles roubaram? Roubam, roubam e não tem dinheiro para a gente fazer uma UPA. Bom, eu fiz uma UPA 24 horas, um modelo de UPA que depois foi usado pelo SUS do Brasil, pelo Ministério da Saúde, sem gasto de dinheiro. Eu adaptei um posto de saúde que atendia junto com pediatria – a obra estava feita, só adaptei, pintei e arrumei. Consegui no Conceição oito leitos adultos masculinos, oito leitos adultos femininos e oito leitos de pediatria, onde as pessoas podiam ficar apenas oito horas. Quem precisasse ficar em observação mais do que oito horas ia para o Hospital Conceição, onde era atendido e ficava dois dias, três dias, era operado, tratado para pneumonias complicadas e tal. Mas nós resolvíamos, com esses 24 leitos, 89% da situação de consulta, de procura da emergência, porque o Hospital Padre Jeremias, naquela época, não funcionava depois das 19h. O Hospital Padre Jeremias, pasmem, não funcionava depois das 19h, 20h, e nós atendíamos Esteio, Gravataí, Cachoeirinha, Canoas, todo aquele pessoal. O Hospital Conceição adorava isso, porque diminuía em 42% a procura do seu serviço de urgência! Era tudo ajustado. Então o Conceição me dava 24 leitos, me dava uma ambulância para levar essas pessoas se elas precisassem ser hospitalizadas, nós resolvíamos 42% dos problemas deles e 89% dos nossos. Só com essa observação e com atendimento, com gasto mínimo de dinheiro. O prefeito exultou. Aí o Conceição ficou tão feliz por ter tão pouco gasto de dinheiro que nos fornecia laranja: as pessoas que ficavam nos 24 leitos lá tomavam laranja; não comiam e não faziam exames lá, só tinha um exame feito lá, o eletrocardiograma, porque esse fala da morte iminente, o infarto. Então tínhamos eletrocardiograma e laranja. Quem precisasse passar de oito horas ia para o Conceição; quem não precisasse voltava para casa – e 90% voltava. Quando saía, levava o remédio da farmácia, porque a Prefeitura tinha remédios da farmácia popular e outros tipos de farmácia, como de manipulação. Então foi um achado de Colombo. Depois fizeram as 24 horas.

Agora, vendo todas essas dificuldades da saúde, eu, que já passei pelo DEMHAB, que voltei a ser vereador, fui para a SMIC, e tal, voltei agora aqui para a Câmara o ano passado, estou meio perplexo. Mas há algumas coisas boas – está aí o Barboza, líder do governo, que eu queria que ouvisse. Primeiro, saibam vocês que tem quatro postos atendendo até às 22h. Isso foi um adiantamento dessa gestão de prefeito, foi um projeto do Janta, mas que foi feito por mim muito antes de o Janta existir aqui nesta Casa. Mas eu não reclamei, porque era para o povo, era bom, então eu digo que o projeto era do Marchezan, do Janta e do Goulart, que sou eu. Então, o que acontece? Eles abriram o Vila Nova, com encantadores serviços, e ninguém fala nisso! O Vila Nova, agora, manda um médico de ambulância ir na casa do morto fazer o exame sucinto para ver se ele precisa fazer necropsia e autópsia. Se não precisar, ele já lavra o atestado de óbito e manda fazer o sepultamento. Vocês não sabem, Valtinho, que

tragédia que era para as famílias, vocês devem ter passado por isso com amigos e parentes, ter que sair de casa e fazer necropsia, levava de oito a dez horas para começar, e mais dezesseis horas para fazer. E as pessoas chorando, querendo fazer o sepultamento e não podiam fazer. Hoje a Prefeitura permite que seja feito pelo Hospital Vila Nova, serviço de constatação de óbito: 98 pessoas não precisaram fazer necropsia, não precisaram fazer exame no IML, foram enterradas com o laudo do médico do Hospital Vila Nova. Isso é encantador.

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Dr. Goulart prossegue seu pronunciamento em Comunicações.

VEREADOR DR. GOULART (PDT): Eu vou ler um texto do Sr. Pablo de Lannoy Stürmer, Secretário Municipal de Saúde (Lê.): “Mais saúde com foco nas pessoas. Ao precisar de uma consulta médica pelo Sistema Único de Saúde – SUS, as pessoas não querem saber a natureza do contrato do profissional. Seu desejo é ter seu problema resolvido com agilidade e satisfação. Em Porto Alegre, entidades privadas prestam assistência à população há mais de 200 anos. A Santa Casa surgiu muito antes de qualquer tentativa de sistema de saúde e agora, em 2018, por exemplo, realizou 627 transplantes pelo SUS. No mesmo período, o Instituto de Cardiologia fez 4.625 cateterismos; o Hospital Independência ampliou em 700 consultas mensais seu atendimento em ortopedia; o Hospital São Lucas aplicou 15 mil sessões de quimioterapia; somados, os hospitais Santa Ana, Vila Nova e Restinga Extremo-Sul fizeram 4,8 mil internações. O CAPS IV, desde o início do ano, atende, durante 24 horas, pessoas que precisam de tratamento de dependência química. Todos esses serviços são prestados pelo SUS e contratualizados pela Secretaria de Saúde de Porto Alegre. Serviços públicos, gratuitos [gratuitos não, pagos por todos nós], prestados por parceiros privados. É o que o prefeito Nelson Marchezan chama de ‘serviço público não estatal’. O que importa é atender bem as pessoas! Na Inglaterra, no Canadá, na Holanda, sistemas públicos de saúde que são referência mundial, não possuem serviços estatais. Eles contratam prestadores privados para atender a população. Os postos de saúde na Inglaterra são clínicas privadas, que recebem do governo conforme o número de pessoas atendidas e de acordo com os resultados alcançados. Nessa linha, o chamamento público para organizações sociais assumirem a gestão dos prontos-atendimentos da nossa cidade ampliará serviços e possibilitará que 199 profissionais [novos] reforcem as escalas de locais como HPS, SAMU e HMIPV [aliás, tão abandonado]. De fato, é isso que interessa: acesso e qualidade dos serviços de saúde. Segmentos corporativos que dizem representar o controle social, mas não têm a representatividade da população, defendem interesses menores de grupos específicos. Com o foco nas pessoas, estamos expandindo os serviços na velocidade e na qualidade de que a população da Capital precisa, buscando a eficiência na aplicação do recurso público que traga mais saúde a todos”.

Quero dizer para vocês que não é capitalização da saúde. Isso é a maneira como temos. Nós não teremos dinheiro, e não tem quem faça serviço. E o povo precisa

ser atendido. Menos crianças vão morrer neste inverno, menos crianças vão morrer no verão. Eu agradeço, vou voltar ao assunto depois porque ele é muito extenso. Agradeço à tolerância dos vereadores, de quem me ouve e da minha amada Presidente que cuida de bichinhos e cuida de gente com o mesmo valor. Muito obrigado. Um beijo para todos! Para frente o SUS!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Dando continuidade às Comunicações, este período é destinado a tratar do tema Semana de Atenção à Esquizofrenia, trazido pela Sra. Marília Coelho Cruz, representando a Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – Agafape.

Convidamos para compor a Mesa a Sra. Marília Coelho Cruz, representando a Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – Agafape.

A Sra. Marília Coelho Cruz está com a palavra.

SRA. MARÍLIA COELHO CRUZ: Boa tarde, Sra. Presidente, Srs. Vereadores, meus companheiros da associação, é com muita honra que estamos aqui, neste momento, mais para agradecer o apoio que tivemos do Ver. Valter Nagelstein, que desde o ano passado tem se mostrado muito carinhoso com a nossa causa; do Ver. André Carús, presidente da COSMAM, que também é muito solidário, e todos eles muito carinhosos com a nossa causa, como falou a Dra. Simone, que é uma das exclusões que acontecem no mundo. Então, a doença mental, dita loucura, é um assunto da história de vida de todos nós. Todos nós fomos formados, em todas as gerações, a ter medo e ficar longe de um louco, que é o doente mental. Então, quando nós, mães, temos os nossos filhos formados, ou já estudando, ou num caminho, num rumo que nos propusemos a construir com ele, que ele nos volta para o colo com a doença mental, com a loucura, o que nós podemos fazer? Como podemos reagir se fomos preparadas para essa exclusão? Então, o grande e o maior problema que temos nós, familiares, é esse primeiro impacto, porque tudo que se tem na cabeça é mudado totalmente, daquela formação que tivemos. Principalmente quando volta a nós aquele que nós preparamos, no caso, o meu filho já estava trabalhando no que ele sonhou para sua vida. Aquela pessoa não existe mais, temos outra pessoa, com outras maneiras, com outras situações que nós temos que aprender a conviver, porque eles jamais vão mudar, como eles ficaram doentes, e nós que temos que nos adaptar. Então, essa é a grande dificuldade, e esse é o grande preconceito. E o que a Dra. Simone falou, acontece conosco também. O que nos falta junto com o diagnóstico? Uma preparação de como lidar com aquela pessoa, que nós não tivemos a mínima informação sobre aquilo. Então, essas são as grandes dificuldades do preconceito, que tem ficado até hoje nessa situação. A família, em primeiro lugar, é a que teria que acolher e abraçar, e ela não tem capacidade, não tem nem recurso para isso. Então, nós, que até de uma certa forma fomos privilegiados, porque pudemos ir atrás de um tratamento, de um diagnóstico, tivemos o nosso filho tratado, tivemos oportunidades de entender mais a doença, começamos a nos preocupar

com outras mães que não tinham essa oportunidade. Então, foi fundada a Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos, que já está com 27 anos de formação. E acho que todos os senhores não tinham nunca ouvido falar que uma doença mental como a esquizofrenia tenha sido esse assunto, essa palavra no coração de uma cidade, seja qual for. E acho, no meu conhecimento, que a primeira cidade do Estado que acolheu a palavra esquizofrenia foi Porto Alegre, no Centro, no Largo Glênio Peres, no Mercado, onde todas as pessoas passam em algum momento, nós conseguimos colocar o nosso evento lá. Infelizmente, choveu, de tarde, mas temos tido resultados fantásticos só com aquela sexta-feira. Então, é o segundo ano, em Porto Alegre, que fazemos uma manifestação. No ano passado, foi pequena, é o segundo ano no mundo que se fala no Dia de Atenção à Esquizofrenia. A Casa nos acolheu e está com o projeto de lei aqui, pela COSMAM, o Ver. Valter Nagelstein também está empenhado em transformar em lei, para que, no ano que vem, possamos fazer uma comemoração maior atingindo mais pessoas. Sendo que, este ano, com toda a dificuldade de chuva e do mau tempo, conseguimos uma repercussão bem grande, muitas pessoas que nem tinham ouvido falar que existia uma oportunidade de saberem como conviver com a doença estão aparecendo lá. Por isso que hoje até não tem muita gente aqui, porque a associação está muito sobrecarregada de trabalho e somos todas voluntárias que estamos lá. Então, o nosso papel hoje, aqui na Câmara, é fazer esse agradecimento imenso por esse apoio que todos os senhores têm nos dado, por levar esse nome adiante e por reconhecer que muitas pessoas estão excluídas e não conseguem chegar. Nós, da Associação, até temos isso, mas e esse povo que está embaixo das pontes, que está morando na rua?! A gente tem absoluta certeza de que muitíssimos deles são pessoas portadoras de doença mental e que não têm acesso ao tratamento, não têm acesso ao diagnóstico. Então, vamos, a partir de agora, começar a falar nessa população que é tão excluída e que não tem esse olhar de maior reconhecimento e proteção. Então, é um dos pedidos que, a partir de agora, a gente passa a fazer na Câmara, para que também se empenhe com o poder público para expandir mais os tratamentos, as oportunidades para que essas pessoas que não têm acesso consigam viver com dignidade como os nossos participantes, que trabalham, que fazem atividades e convivem socialmente, e são cidadãos que têm comportamento adequado para viver na sociedade.

Então, a gente agradece demais a oportunidade de estar aqui, e, sempre que a gente vem – já diversas vezes, lutamos lá no início pela passagem gratuita nos ônibus, que é para tratamento, não é para passeio –, somos bem acolhidos, sempre tivemos o respaldo dos senhores. Eu gostaria de agradecer demais e pedir que continuem empenhados em transformar a nossa Semana do ano que vem em Semana de Atenção à Esquizofrenia. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. Valter Nagelstein está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR VALTER NAGELSTEIN (MDB): Minha querida Dona Marília Coelho Cruz, na sua pessoa, o meu abraço afetuoso a todos os familiares e pessoas que sofrem com a esquizofrenia, Ver.^a Lourdes Sprenger, presidindo neste momento, Ver, Nelcir Tessaro, Ver. Moisés Barboza, Ver. Hamilton Sossmeier, Ver. João Bosco Vaz, Ver. André Carús, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver. Dr. Goulart e Ver. Cassiá Carpes, agradeço a presença dos senhores aqui para um tema que é extremamente importante. Eu recebi, há pouco, das mãos da nossa querida Marília, essa bonequinha aqui que se chama boneca abayomi. (Mostra boneca.) O significado dessa boneca é muito maior do que um pedaço de pano ou um retalho; talvez até na simbologia esse retalho fale muito. Ele lembra, ele reproduz a história das mães negras que vinham nos navios negreiros, rasgavam um pedaço das suas roupas e faziam bonequinhas para suas filhas, para que, naquele ambiente de solidão, de tragédia, de desesperança elas pudessem fazer um pouco daquilo que é o papel da mãe: construir um cenário melhor, dar esperança, construir, em meio à tragédia, um ambiente minimamente lúdico para que a infância não fosse tão usurpada, tão destruída. Essa é a bonequinha abayomi, que representa o desespero de uma mãe que, com muita dificuldade, num cenário totalmente adverso, quer, mesmo que de forma retórica, arrancar os pedaços da sua roupa para dar melhores condições para seu filho.

É triste o preconceito, é triste a falta de compreensão, é uma doença que tem graus distintos de manifestação, alguns deles absolutamente incapacitantes, outros não. Quantos expoentes da história da humanidade, artistas geniais como Van Gogh, por exemplo, sofreram de um grau de esquizofrenia... Então, é louvável o trabalho que vocês, mães, fazem, que as famílias fazem. Só quem tem uma pessoa em casa com algum grau de doença sabe da dificuldade. Há menos de um ano eu perdi meu pai com uma degeneração mental, que é a doença de Alzheimer, e a gente compreende, nesses momentos e nessas circunstâncias, o impacto, a amplitude e a dificuldade que representa ter, no seio familiar, alguém que padeça de alguma doença de modo geral, qualquer doença e, de forma particular, uma doença mental. Eu acho que é preciso de todo o apoio possível. Eu quero cumprimentar o meu colega de bancada, André Carús, Vereador esforçado, brilhante, que propôs aqui a efeméride do dia da atenção à esquizofrenia, no dia 31 de maio. E quero dizer que a Associação Gaúcha dos Familiares de Pacientes Esquizofrênicos merece uma atenção muito maior. Os problemas comuns são a falta de cuidados pessoais, a inabilidade de lidar com o dinheiro, o retraimento social, os hábitos pessoais estranhos – por exemplo, andar falando sozinho –, as ameaças de suicídio, as dificuldades no cumprimento de tarefas – por exemplo, no, trabalho, na escola e na vida social –, o temor pela segurança. E, uma vez abordadas as questões de culpa e de vergonha, uma atitude mais adequada contém quatro elementos: senso de humor, aceitação, equilíbrio familiar e expectativas realistas. Bom, por aí vai, são outras várias questões, mas nós precisamos conscientizar as pessoas cada vez mais. E eu acho que esse espaço aqui é importante para isso, para essa conscientização. A Câmara se vestir de luzes quando for, como faz com outras efemérides e outras questões, o Ver. Hamilton também tem chamado a atenção, outros Vereadores para outros problemas. O Ver. Cláudio Janta também já legislou, tem

buscado legislar a respeito dessa questão e eu acho que nós precisamos nos unir, somar esforços, apoiar, criar políticas públicas, falar com a Secretaria da Saúde, enfim, ter meios de ajudar mais ainda as famílias que padecem, as mães e os pais, os irmãos, os familiares, todos os que sofrem junto com alguém que eventualmente sofra da esquizofrenia. Nós temos, nos últimos anos, a política da... não é desinternação, mas não há mais a figura da internação manicomial e isso também trouxe para as famílias um encargo muito grande, embora, também, a realidade nos manicômios, às vezes, fosse trágica, terrível, porque lá também se tinha o afeto e o carinho que, muitas vezes, minoram essa questão do sofrimento e do próprio agravamento da doença. Então, é um problema grave que precisa atenção, precisa carinho e precisa, de novo, uma fala que eu fiz na minha outra vez na tribuna, que fiz hoje nas minhas redes sociais e que quero repetir neste momento aqui: precisamos empatia, precisamos nos colocar no lugar do outro, experimentar as dores, as vicissitudes, tentar compreender um pouco melhor o que é esse sofrimento. Que vocês continuem tendo, cada vez mais, apoio, porque a causa é muito meritória. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): O Ver. André Carús está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) Saúdo especialmente a Presidente da Agafape, que faz esse trabalho histórico, uma entidade que é referência, tenho certeza, para outras tantas que envolvem as famílias, envolvem as pessoas sensíveis a essa causa de atenção e conscientização sobre esquizofrenia. E quero também cumprimentar o Ver. Valter Nagelstein pela sensibilidade de propor esse período de Comunicações. Nós tivemos, na semana passada, uma reunião ordinária da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, com os vereadores Hamilton, Nelcir Tessaro, que também são integrantes da COSMAM, e fizemos um debate muito importante sobre o tema, com a presença da sociedade civil organizada. Foi uma demanda da Agafape que nós recebemos, e também do Poder Público, para que nós pudéssemos refletir sobre as ações que são desenvolvidas em favor da atenção à esquizofrenia. Eu vim aqui justamente para nós lançarmos mais luzes sobre o tema, Ver. Cassiá Carpes, e são cada vez mais organizações sociais que estão também fazendo um trabalho nesse sentido, e pode-se dizer que a Agafape é uma das precursoras. Posso dizer também que eu fico muito contente de saber que a Agafape também passa por um processo de transição, e, ao mesmo tempo, evolução, porque tem lá já, há alguns anos, a sede, na Galeria Malcon, e num período muito breve estará inaugurando um novo espaço, contando com o apoio da Prefeitura, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

E tem alguns dados que o conjunto da população desconhece, mas que eu faço questão, aqui, de divulgar. E foram essas informações e a proximidade que nós criamos com a Agafape que nos fizeram apresentar esse projeto de lei que tramita aqui

na Casa de inclusão nas efemérides da cidade, no Calendário Oficial de Porto Alegre, o Dia de Atenção à Esquizofrenia. Um por cento da população mundial na faixa etária entre 15 e 35 anos, conforme relatório da Organização Mundial de Saúde, tem o transtorno mental da esquizofrenia – e esse é um dado importante. Também, conforme a OMS, aproximadamente, 21 milhões de pessoas em todo mundo, hoje, vivem com esquizofrenia, sendo a terceira causa da perda da qualidade de vida na faixa etária entre 15 e 44 anos. Segundo o Ministério da Saúde, num senso dos mais recentes, há mais de 1,6 milhão de pessoas com esquizofrenia no Brasil. Entre agosto de 2012 e agosto de 2013, para citar um dos períodos, foram 93.364 mil internações e 364 óbitos atribuídos à esquizofrenia. No Rio Grande do Sul, de 2009 a 2011, foram mais de 9,3 mil internações hospitalares pelo SUS em razão da esquizofrenia. Como se busca o apoio para esse tipo de tratamento? É com as famílias. Então, são as famílias que dão o suporte necessário, para que as pessoas que estão com esquizofrenia tenham o carinho, a atenção e possam buscar, seja pelo meio privado ou junto ao poder público, o tratamento adequado. Então, tenho certeza de que contaremos com o apoio dos colegas vereadores na aprovação desta matéria, não somente aqueles que, junto conosco, integram a Cosmam, mas o conjunto dos 36 vereadores. Nós temos o dever de fazer com que, a partir de 2020, somada a todas as atividades que já vem ocorrendo, a todos os eventos, atitudes e ações, tenhamos um dia que não seja apenas lembrado como o de atenção à esquizofrenia, mas um dia em que desenvolvam e façam com que os governo tenham, cada vez mais, atenção voltada para políticas públicas para essa área. É o que nós queremos, porque os números são esses, e os dados não são apenas de Porto Alegre ou de um bairro de Porto Alegre, eles são estaduais, nacionais, mundiais. Então merece, é uma causa que vale a pena em consideração aos pacientes, às famílias, aos gestores públicos e aos privados – por que não? –, e todos os que estão envolvidos nesta causa continuem, é dessas ações que nós queremos nos inspirar para continuar apoiando.

Vereador Dr. Goulart (PTB): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Quero cumprimentar V. Exa. pela lucidez frente a esse assunto tão importante, tão palpitante, de uma coisa ruim que acontece nas famílias que elas não estão esperando que vá acontecer. Quero cumprimentar o Ver. Valter Nagelstein, sempre preocupado com as coisas importantes da nossa terra, e quero dizer a vocês o seguinte: imaginem que nós temos dois grandes problemas a enfrentar, o primeiro quando as pessoas perdem a razão e ficam como vegetais na cama, sendo cuidados por gente que não é técnica, que é a família, problema sério. Isso de morrer em casa não é tão simples assim! E o segundo é a esquizofrenia. Claro que os familiares, daqui a pouco, acabam sabendo como agir, mas frente a um ataque mais forte, frente a um mal-estar mais forte, eles podem não saber o que vão fazer, e com a lei da desospitalização, a lei antimanicomial, isso recrudescer o problema para as famílias, porque não se recebe mais doentes mentais como era no passado. Não sou a favor do manicômio, estou falando de um hospital técnico para cuidá-lo. Vocês não imaginam o que é uma pessoa sem razão gritando, sofrendo, agredindo. E sempre lembrar aos familiares da importância de, numa crise dessa, botar a mão na testa da pessoa doente e falar do teu

amor, do teu carinho, abraçá-la, beijá-la bastante, porque ela há de se sentir confortável mais do que com qualquer Citalopram, Lexapro ou qualquer outro remédio. Então, o cuidado com as pessoas com esquizofrenia, muito carinho, e que os hospitais – não manicômios – estejam preparados para atender, pelo menos no pior momento. Muito obrigado.

Vereador Marcelo Sgarbossa (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Obrigado pelo aparte, Ver. Carús. Também quero parabenizá-lo e deixar um abraço para a Marília, presidente da associação, aos presentes. As falas aqui vão todas no mesmo sentido, e, quando conversamos, Marília, estávamos falando de um processo de exclusão em que vivem as crianças filhas de apenados, e aqui estamos tratando do mesmo tema, desta exclusão, essa invisibilidade que as pessoas com esquizofrenia e outras doenças mentais também sofrem. Trazer para a Câmara, estar aqui com a possibilidade de a Câmara se envolver com propostas legislativas, com a TVCâmara, acho que já ajuda na visibilidade do tema. Parabéns ao Ver. Carús, e ao Valter, também envolvido com o tema, e obrigado por ter trazido o tema à Câmara.

Vereador Hamilton Sossmeier (PSC): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado, Ver. Carús, quero dar os parabéns pela iniciativa do Ver. Valter e Ver. Carús por terem trazido este tema tão importante e relevante que recebemos na Comissão de Saúde e Meio Ambiente – COSMAM, há poucos dias. É um tema desconhecido para muita gente, e faz com que, realmente, possamos refletir. À Marília, com seu trabalho à frente da Associação Gaúcha de Familiares de Pacientes Esquizofrênicos – Agafape, parabéns; parabéns pelo seu trabalho, seu empenho, sua luta e sua dedicação. Como eu tenho falado, Ver. Carús: Deus sempre levanta anjos para cuidar de pessoas nos seus momentos difíceis; a senhora é um desses anjos que Deus tem levantado para estar acompanhando famílias que são sofredoras com essa doença. Portanto, quero registrar meus parabéns por seu trabalho, e também parabéns ao Ver. Valter e ao Ver. Carús pela iniciativa e por terem trazido esse tema tão relevante para o nosso conhecimento e também para conhecimento da nossa sociedade. Muito obrigado.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (MDB): Obrigado, Ver. Hamilton. Concluo, mais uma vez cumprimentando o Ver. Valter pela iniciativa, e quero fazer referência ao Ver. Cláudio Janta, que está licenciado esta semana e também possui um projeto de lei do programa de atenção à esquizofrenia, que tramita nesta Casa, e confiamos que também deverá ser aprovado assim como as demais propostas. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): A Sra. Marília Coelho Cruz está com a palavra para as suas considerações finais.

SRA. MARÍLIA COELHO CRUZ: Eu queria, em primeiro lugar, pedir desculpas porque eu não nomeei o Ver. Cláudio Janta no início da minha fala, mas ele também tem se empenhado muito e tem nos apoiado também, como todos os outros vereadores, porque, todas as vezes que vimos aqui, todos se manifestam e são muito solidários. Eu queria, completando o que Ver. Carús explanou, dizer que nós, da associação, temos certeza de que esse dado de 1% está defasado, é uma informação antiga, porque nós, que somos mães, que falamos claramente na esquizofrenia, aonde vamos tem alguém: um motorista do táxi, dentro do ônibus, todas as pessoas a quem nós, abertamente, falamos na nossa questão dizem que tem um primo, um tio, um avô... Na minha concepção atual, eu acho que 1% das famílias têm alguém com esquizofrenia. Eu acho que já não é mais aquele número, é tão grande, e o estresse e a vida das pessoas com a situação toda que tem sido criada faz com que essa doença, que é cientificamente provocada por uma questão genética, se manifeste num momento de um grande estresse. Hoje, o que mais se tem é um grande estresse. Então, muitos, além do que a gente imagina, têm a doença. Nós, da Associação, ficamos muito felizes de estarmos atingindo o nosso objetivo, que é trabalhar, trabalhar, trabalhar. Além disso, divulgar que existe, que as pessoas não tenham medo de enfrentar, que existe como transformar um limão muito azedo numa limonada maravilhosa, que é ter essas pessoas juntas todos os dias. A gente agradece, porque quero dizer para os senhores, deixar registrado, que nessa Semana de Atenção à Esquizofrenia, no Brasil, algumas Câmaras, de algumas cidades, receberam esse pedido, mas eu acho que a Câmara de Vereadores que mais recebeu esse assunto de esquizofrenia é a de Porto Alegre, podem ter certeza disso, vocês têm sido solidários. E não adianta ficar brigando na luta antimanicomial. Manicômio a gente não quer, nunca quis, nenhuma de nós quer os nossos filhos internados, mas ignorar que eles precisam de um tratamento é banalizar a doença mental, não é real. Quando eles têm uma crise, têm um surto, por mais amor, por mais carinho e mais atenção, é necessária a internação para ajuste de medicamento e de evolução daquela situação. Então, na verdade, nós, da Associação, queremos muito que exista o tratamento adequado, não manicômio; o manicômio era outra situação, eram pessoas que nem tinham a doença, mas que cometiam algum delito, botavam em hospitais psiquiátricos para esconder do mundo. Não é o caso. O doente cardíaco não tem que ter um tratamento específico? Então, o doente mental tem que ter um tratamento adequado para a necessidade dele. O nosso papel, na Associação, não é esconder nem querer tratar como uma doença social, não, é uma doença real, química, que precisa de uma química adequada para ser tratada. Então, esse é o nosso papel, e acho que a gente está cumprindo dentro do que Deus nos deu de missão porque Deus nos deu o filho com a doença, mas nos deu recursos para ir atrás, nos deu a cabeça e a disposição física para poder correr para reverter a situação. Esse é o nosso papel, de todas as pessoas que estão lá trabalhando voluntariamente. Muito obrigada e espero que

não esqueçam nunca da nossa presença aqui, para nós, é muito gratificante. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Obrigada, Sra. Marília. Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h36min.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB) – às 16h41min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos que acompanham a nossa sessão nesta quinta-feira, dia 30; Presidente, colegas; com muita satisfação eu subo a esta tribuna para dar retorno aos colegas que acompanharam a minha ida, dia 06 de maio, a Brasília, juntamente com o corpo técnico do governo Marchezan, a secretária Juliana, o secretário adjunto Marcelo, o Rigon e mais uma série de técnicos, na busca da solução da questão da ETA do Ponta do Arado. Hoje, 24 dias após a reunião, nós recebemos a maravilhosa resposta do governo federal autorizando a Prefeitura de Porto Alegre a contratar, junto à Caixa Econômica Federal, R\$ 220 milhões. Nós temos, agora, condições de avançar no combate à falta da água na Lomba do Pinheiro e no Extremo-Sul. Vamos ter, sim, com muita transparência... O problema não vai acabar da noite para o dia, mas, com muita transparência, todos os vereadores aqui que se empenham nessa luta saibam que agora o Tesouro Nacional autorizou a Prefeitura a contratar esses R\$ 220 milhões, e nós vamos ter, sim, a realidade da Ponta do Arado, que vai combater e solucionar esse problema. Infelizmente, alguns politiqueros eleitorais de plantão mentem dizendo que é um problema exclusivo do prefeito Marchezan, que há dois anos governa a cidade. Muitos de nós tentamos, durante muitos anos, batalhamos contra a questão da falta da água na Lomba do Pinheiro. É um assunto caro para muitas pessoas aqui, então eu não poderia deixar de registrar que, no dia de hoje, nós temos aqui o Tesouro Nacional liberando a Prefeitura e reconhecendo tantos e tantos anos de luta atrás de uma condição financeira para que a gente pudesse combater essa questão. Nós temos hoje, no dia 30, essa ótima notícia para Porto Alegre. Então divido com os colegas e comemoro junto com a equipe que esteve lá no dia em que eu pude presenciar esse trabalho. Quero reconhecer o trabalho da equipe técnica que, no dia 06 de maio, foi ao governo federal solicitar e fazer um apelo, e, apesar de todo o contingenciamento que existe atualmente nos governos, a gente pôde ter essa notícia que está circulando neste momento nos veículos de imprensa. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE LOURDES SPRENGER (MDB): Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 16h45min.)

* * * * *